

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA LATO-SENSU
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL**

Mônica Dalila Sell Dalmarco

**Implantação da Proposta Curricular,
Em busca de um Norte para a Educação Municipal**

Santa Maria, RS
2016

Mônica Dalila Sell Dalmarco

**IMPLANTAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR,
EM BUSCA DE UM NORTE PARA A EDUCAÇÃO MUNICIPAL**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância *Lato-Sensu* Especialização em Gestão da Educação Municipal, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Gestão da Educação Municipal**.

Orientador: Prof^a Nageli Raguzzoni Teixeira

Santa Maria, RS
2016

Mônica Dalila Sell Dalmarco

**IMPLANTAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR,
EM BUSCA DE UM NORTE PARA A EDUCAÇÃO MUNICIPAL**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância *Lato-Sensu* Especialização em Gestão da Educação Municipal, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Gestão da Educação Municipal**.

Aprovado em 8 de agosto de 2016:

Prof. Msc Nageli Raguzzoni Teixeira

Prof. Msc Juliana Sales Jacques

Msc Mara Denise Mazzardo

Santa Maria, RS
2016

RESUMO

IMPLANTAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR, EM BUSCA DE UM NORTE PARA A EDUCAÇÃO MUNICIPAL

AUTORA: Mônica Dalila Sell Dalmarco.
ORIENTADORA: Profª Nageli Raguzzoni Teixeira

O município de Braço do Trombudo/SC, ciente de seu papel no contexto de sociedade brasileira e, em busca de princípios norteadores que permitam superar modelos, fazer acontecer e promover uma educação de qualidade, propõe que busquemos conjuntamente, com múltiplos olhares, refletir sobre a Proposta Curricular para a sua rede municipal de ensino. Procura-se uma proposta norteadora de caminhos, não um caminho pronto e acabado, contemplando um momento histórico da tarefa educativa dos que compõe a rede municipal, devendo ser visto e entendido como um constante processo, através do qual se possa sempre, mais e melhor, ofertar qualidade aos alunos e a comunidade escolar. Neste sentido, o documento construído servirá como uma referência positiva para todos os docentes, reafirmando cada vez mais a convicção de que a educação pública em nosso município contribui de modo efetivo para a formação integral do ser humano e para a transformação das relações sociais e ambientais, apontando caminhos em direção a um mundo melhor para todos.

Palavras chave: Educação. Proposta Curricular. Gestão.

ABSTRACT

IMPLANTAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR, EM BUSCA DE UM NORTE PARA A EDUCAÇÃO MUNICIPAL

AUTHOR: Mônica Dalila Sell Dalmarco.
ADVISER: Profª Nageli Raguzzoni Teixeira

The municipality of Braço do Trombudo / SC, aware of its role in the context of Brazilian society, and in search of guiding principles that allow overcome models, make it happen and to promote quality education, proposes to seek jointly with multiple perspectives, reflect on the Curriculum Proposal for its public schools.

Wanted a guiding proposal paths, no way ready and finished contemplating a historic moment of the educational task of composing the municipal network and should be seen and understood as an ongoing process, through which one can always, more and better , offering quality students and the school community.

In this sense, the document built will serve as a positive reference for all teachers increasingly reaffirming the conviction that public education in our county contributes effectively to the integral formation of the human being and the transformation of social and environmental relations, pointing paths toward a better world for all.

Keywords: Education. Curriculum Proposal. Management.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	09
3. CAMINHO METODOLÓGICO.....	15
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
5. REFERÊNCIAS.....	23

1.INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 em seu art. 211 coloca quais as responsabilidades dos municípios diante da política educacional, os enfatizando como entes responsáveis, em colaboração com as instâncias federal e estadual, pela organização do sistema de ensino em sua esfera, prioritariamente ao ensino fundamental e à educação infantil.

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei 9394/96, diz que compete aos municípios e aos estados colaborar com a União para que se estabeleçam competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (Art.9º, Inciso IV).

Em direção a isto, a Proposta Curricular oferece os princípios e o norte para as políticas de escolarização, tendo em vista que se trata de um conjunto de ideias e práticas que dialogam com as políticas nacionais, e devem ser realocadas as realidades locais.

O município de Braço do Trombudo/SC, ciente de seu papel na sociedade atual, busca uma proposta educacional que tenha em vista a qualidade da formação a ser oferecida a todos os seus estudantes. Um ensino de qualidade adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira, que considere os interesses e as motivações dos alunos e garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem.

A cidadania exige e merece o acesso de todos, indistintamente, ao domínio da língua falada e escrita, uma base de matemática, coordenadas espaciais e temporais com intuito de organizar sua percepção do mundo, princípios científicos, algumas noções da arte e mensagens estéticas, além de outros diferenciais do mundo contemporâneo.

Essas exigências nos levam a discussões importantes sobre a dignidade do ser humano, a igualdade de direitos, a importância de termos como solidariedade e respeito. Cabe a escola, hoje mais do que nunca, a

necessidade de assumir-se como espaço social de construção dos significados éticos necessários e constitutivos de toda e qualquer ação de cidadania.

Com base nestes termos, o objetivo geral desta monografia consiste em colocar em análise e discussão uma proposta preliminar do Plano Curricular para as séries iniciais do Ensino Fundamental do município de Braço do Trombudo/SC, visando sua construção coletiva e democrática, propiciando sua excelência através de múltiplos olhares e dentro do que precede a legislação atual.

Pretende-se assim, reunir os professores e gestores da rede municipal de ensino, representantes do Conselho Municipal de Educação, representantes da Câmara Municipal de Vereadores e os pais, para que em grupos de estudos, por áreas afins, efetuem análise e discussão da versão preliminar da Proposta Curricular, construída até então por técnicos da Secretaria Municipal de Educação e assessoria jurídica do município.

O presente trabalho está estruturado em quatro momentos a saber: o primeiro trata de referenciar a importância da Proposta Curricular Municipal como um norte a ser seguido, tendo sua base fundamentada nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Um segundo momento que vai da sensibilização de todos os que compõe a comunidade escolar e política do município sobre a importância da construção de uma Proposta de forma democrática, participativa e pautada nas legislações vigentes, para sob múltiplos olhares se garantir sua excelência. Assim, como terceiro passo, teremos a formulação dos encaminhamentos de organização dos encontros de discussão e análise da versão preliminar da Proposta Curricular e como ocorrerá os registros dos mesmos. E para finalizar, propõe-se que a versão agora não mais preliminar e sim uma versão final, após lida, discutida e reformulada com a participação de todos os envolvidos no processo seja encaminhada para sua efetivação enquanto lei municipal e norte educacional municipal.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O professor, no exercício de sua profissão, deve pressupor uma concepção de ensino e aprendizagem para determinar sua compreensão do papel de educador e do educando, de metodologia, da real função social da escola e quais conteúdos a serem trabalhados. A discussão dessas questões é importante na busca de coerência entre o que se pensa estar fazendo e o que realmente se faz. Isto se constitui a partir das concepções educativas e metodológicas de ensino que permeiam a formação educacional, suas próprias experiências escolares e de vida, suas ideologias e as tendências pedagógicas que lhe são comuns.

As tendências pedagógicas aparecem nas escolas brasileiras, sejam públicas ou privadas, não podem ser consideradas “puras”, e se as filtrarmos, apareceram mesclas de várias, que melhor se adaptam ao contexto local. O importante deve ser que seu enfoque social dado aos processos de ensino e aprendizagem favoreçam a discussão pedagógica aspectos de extrema relevância, em particular no que se refere à maneira como se devem entender as relações entre desenvolvimento e aprendizagem, à importância da relação interpessoal nesse processo, à relação entre cultura e educação e ao papel da ação educativa ajustada às situações de aprendizagem e às características da atividade mental construtiva do aluno em cada momento de sua escolaridade.

Assim, afirma-se a necessidade de que o município de Braço do Trombudo/SC, emancipado no dia 26.09.1991, e que possui Sistema Municipal de Educação desde 12/12/1997, através da Lei 0272/97, estabeleça diretrizes curriculares próprias, adequadas a sua realidade, visando um norte para a educação municipal.

Esta discussão não é recente, e vem de encontro ao que preconiza o art.210 da Constituição Federal que determina como dever do Estado para com a educação fixar conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

Esta liberdade de expressão e pensamento, em relação a adequação do currículo nos sistemas, com base no nacional, é embasado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB, Lei nº 9394/96 de 20.12.1996, que diz:

...os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma base comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.(LDBEN art.26, 1996)

Já a Resolução CNE/CEB nº 2/1998 nos dá a concepção de currículo, a saber:

O currículo do Ensino Fundamental é entendido, nesta Resolução, como constituído pelas *experiências escolares* que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas *relações sociais*, buscando articular *vivências e saberes* dos estudantes com os *conhecimentos historicamente acumulados* e contribuindo para construir as *identidades* dos estudantes (BRASIL, 1998b).

Para reforçar este entendimento temos:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, tanto nos objetivos educacionais que propõem quanto na conceitualização do significado das áreas de ensino e dos temas da vida social contemporânea que devem permeá-las, adotam como eixo o desenvolvimento de capacidades do aluno, processo em que os conteúdos curriculares atuam não como fins em si mesmos, mas como meios para a aquisição e desenvolvimento dessas capacidades. Nesse sentido, o que se tem em vista é que o aluno possa ser sujeito de sua própria formação, em um complexo processo interativo em que também o professor se veja como sujeito de conhecimento. (PCN'S, 1997, p.30)

Os princípios constitucionais, entre eles, o da gestão democrática e da garantia de padrão de qualidade respaldam as competências definidas e, ao mesmo tempo, declaram a importância da participação dos profissionais da educação e das comunidades escolares nas decisões que instituem as políticas educativas na esfera educacional.

Novamente se reportando a LDB, temos em seus artigos 14 e 15 o respaldo a uma gestão democrática, escritores dispõem que:

...gestão democrática do ensino público na educação básica aos sistemas de ensino, oferece ampla autonomia às unidades federadas para definirem em sintonia com suas especificidades formas de operacionalização da gestão, com a participação dos profissionais da educação envolvidos e de toda a comunidade escolar e local. (VIEIRA, 2005, p.48).

Para que isso se torne realidade, e seja realmente democrático e substancial, é preciso um olhar apurado para a realidade educacional do município, suas perspectivas, suas angústias e seus méritos, refletindo sobre o currículo, sua finalidade e a quem se destina.

Considerando-se que o ato de educar é complexo, e envolve diferentes variáveis, tanto pedagógicas quanto sociais, não podemos analisar o currículo sem uma interligação da escola com a vida, levando em consideração o desenvolvimento humano, a cultura, as diversidades e multiplicidades.

Os conteúdos escolares que são ensinados precisam estar em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico. Sendo para isso necessário que a escola seja um espaço de formação e informação, em que a aprendizagem de conteúdos faça a inserção do aluno no dia-a-dia das questões sociais marcante em um universo cultural maior.

Os conteúdos devem ter a importância de revelar um compromisso da instituição escolar em garantir o acesso aos saberes elaborados socialmente, pois estes se constituem como instrumentos para o desenvolvimento, a socialização, o exercício da cidadania democrática e a atuação no sentido de formular e reformular as deformações dos conhecimentos, as imposições de crenças dogmáticas e a petrificação de valores.

No contexto da proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais se concebe a educação escolar como uma prática que tem a possibilidade de criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e de participação em relações sociais, políticas e culturais diversificadas e cada vez mais amplas, condições estas fundamentais

para o exercício da cidadania na construção de uma sociedade democrática e não excludente.

A prática escolar distingue-se de outras práticas educativas, como as que acontecem na família, no trabalho, na mídia, no lazer e nas demais formas de convívio social, por constituir-se uma ação intencional, sistemática, planejada e continuada para crianças e jovens durante um período contínuo e extenso de tempo.

Na verdade, as Propostas Curriculares constituem políticas de conhecimento que se voltam para as realidades locais, dialogam com as políticas globais, inscrevendo-se em múltiplos contextos e estando afetadas por diretrizes norteadoras e reguladoras de caráter nacional. Os textos legais e os documentos curriculares constituem um corpus que define as ações nesse domínio da prática social.

Nessa direção, é possível conferir os discursos, entendidos como práticas sociais, que permeiam as propostas curriculares municipais e identificar que quatro unidades discursivas têm composto, de forma recorrente, uma formação discursiva curricular, em diálogo com as políticas nacionais, a saber: a educação na perspectiva do direito, a gestão democrática, a qualidade social da educação e a valorização dos profissionais da educação.

Essas unidades se caracterizam como princípios e metas para a construção da escola e escolarização de qualidade socialmente referenciada e defendida. Falando com outras palavras, as Propostas Curriculares dos municípios, como políticas locais, precisam estar em permanente diálogo com as políticas nacionais e mudanças globais, renovando-se, ampliando-se, projetando-se. Levando sempre em consideração que é um caminho a ser traçado, que nunca estará pronto, acabado, mas sempre em transição.

Através de um processo de construção e reconstrução de conhecimentos, torna-se possível o desenvolvimento de capacidades, como as de relação interpessoal, as cognitivas, as afetivas, as motoras, as éticas, as estéticas de inserção social. Essa aprendizagem é exercida com a vontade, a identidade pessoal de cada um, o que explica por que, a partir dos mesmos saberes, há sempre lugar para ressignificações, e não para a uniformidade destes. Os conhecimentos que se transmitem e se recriam na escola ganham sentido

quando são produtos de uma construção dinâmica e participativa, que resulta da interação constante entre o saber escolar e os demais saberes, entre o que o aluno aprende na escola e o que ele traz para a mesma, formando um processo contínuo e permanente de aquisição, no qual interferem fatores políticos, sociais, culturais e psicológicos.

A escola que se posiciona dessa forma, cumpre sua função, buscando formar cidadãos capazes de interferir criticamente na realidade para transformá-la, abrindo oportunidades para que os alunos aprendam e cresçam na formação de valores e atitudes do sujeito em relação ao outro, à política, à economia, ao sexo, à droga, à saúde, ao meio ambiente, à tecnologia, etc.

Reportando-nos aos Parâmetros Curriculares Nacionais, temos uma síntese do que foi tratado até aqui quando:

Ao elaborar seu projeto educativo, a escola discute e explicita de forma clara os valores coletivos assumidos. Delimita suas prioridades, define os resultados desejados e incorpora a autoavaliação ao trabalho do professor. Assim, organiza-se o planejamento, reúne-se a equipe de trabalho, provoca-se o estudo e a reflexão contínuos, dando sentido às ações cotidianas, reduzindo a improvisação e as condutas estereotipadas e rotineiras que, muitas vezes, são contraditórias com os objetivos educacionais compartilhados. (PCN's, 1997, p.37).

A escola é uma realidade complexa, e uma prática de reflexão coletiva não é algo que se atinge de uma hora para outra, não sendo possível tratar as questões como se fossem simples de serem resolvidas. São muitas controvérsias e ideologias a serem levadas em conta... Cada escola encontra uma realidade, uma trama, um conjunto de circunstâncias e de pessoas. É preciso e soberano que haja incentivo do poder público local, pois o desenvolvimento do projeto requer tempo para análise, discussão e reelaboração contínua, o que só é possível em um clima institucional favorável e com condições objetivas de realização.

Le Shulman (1997), falando em um encontro de professores, frisa a necessidade de qualquer alteração educacional levar em consideração os professores como aliados. O autor sinaliza cinco aspectos em torno dessa

problemática, sendo primeiro que os professores enfrentam um enorme desafio quando tentam ser profissionais responsáveis em meio ao turbilhão de informações diárias; segundo, o magistério se constitui em uma profissão de alto nível de exigência intelectual, técnica e emocional; terceiro, para que qualquer coisa na educação funcione, não só os alunos devem aprender, mas também os professores e, para tanto, devem ser considerados fatos como atividade, reflexão, colaboração, tempo, paixão e cultura; em quarto temos a formação prévia e formação em serviço, que precisam ser igualmente cuidadas para o profissional; e quinto, as reformas, tal como vêm sendo encaminhadas, dificultam a atuação do professor e, conseqüentemente, afetam o seu êxito.

No decorrer da sua argumentação, Shulman defende que qualquer reforma deve respeitar o saber dos profissionais. O que necessariamente não acontece. Pelo contrário, segundo o autor, as mudanças educacionais são marcadas pela separação entre concepção e fazer e organização rígida, elaborada à distância e desconectada da prática cotidiana da sala de aula.

3. CAMINHO METODOLÓGICO

Autores nos apontam que a metodologia científica trata de método e ciência. Método (do grego *methodos*; *met'hodos*) significa, literalmente, “caminho para chegar a um fim” e é, portanto, o caminho em direção a um objetivo. Já metodologia é o estudo do método, o corpo de regras e procedimentos estabelecidos para realizar uma pesquisa. O termo científico deriva de ciência, que compreende o conjunto de conhecimentos precisos e ordenados em relação a um determinado saber. Em linhas gerais, e adequando este trabalho, temos o método científico que compreende basicamente um conjunto de dados iniciais e um sistema de operações ordenadas adequando para a formulação de conclusões, de acordo com certos objetivos predeterminados.

O conhecimento humano caracteriza-se pela relação estabelecida entre o sujeito e o objeto, podendo-se dizer que esta é uma relação de apropriação. A atividade preponderante da metodologia é a pesquisa. A complexidade do objeto a ser conhecido determina o nível de abrangência da apropriação.

Já para outros escritores de renome, *methodos* significa organização, e *logos*, estudo sistemático, pesquisa, investigação; ou seja, metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Aplicando-se também ao estilo identificado neste trabalho.

A metodologia se interessa pela validade do caminho escolhido para se chegar ao fim proposto pela pesquisa; portanto, não deve ser confundida com o conteúdo (teoria), nem com os procedimentos (métodos e técnicas). Dessa forma, a metodologia vai além da descrição dos procedimentos (métodos e técnicas a serem utilizados na pesquisa), indicando a escolha teórica realizada pelo pesquisador para abordar o objeto de estudo.

Rebuscando o passado, vimos que o conhecimento científico surge com Galileu Galilei (1564-1642) onde os gregos já distinguiam a diferença entre o conhecimento racional, científico e mediado pela razão, do conhecimento

mítico, inspirado pelos deuses, sem nenhuma preocupação em relação à prova dos acontecimentos. O conhecimento científico surge a partir da determinação de um objeto específico de investigação; e da explicitação de um método para essa investigação.

Este trabalho teve a pesquisa qualitativa como base, não se preocupando com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão tema em questão. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria.

Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

A intenção foi utilizar os métodos qualitativos buscando explicar a importância e necessidade dos parâmetros curriculares como um norte educacional, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens.

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível e não tem um fim em si mesmo. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. A pesquisa qualitativa preocupa-se, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais e deixando espaço para novas mudanças.

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das

diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

Assim o trabalho foi realizado com uma pesquisa descritiva, exigindo do investigador uma série de informações sobre o tema. Esse tipo de estudo pretende analisar os fatos e fenômenos de determinada realidade, no caso, a importância da Proposta Curricular para o município de Braço do Trombudo – SC.

Associou-se também uma pesquisa bibliográfica, feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Este trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permitiu ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

A proposta foi fundamentada no município de Braço do Trombudo-SC, com dados colocados em sua página virtual (www.bracodotrombudo.sc.gov.br), que faz parte da Microrregião do Alto Vale do Itajaí, tem seu aniversário no dia 26/09, e 3.654 habitantes conforme último censo nacional. IDH: 0.78 e PIB: 151.523.838,00.

A rede municipal de ensino, foco deste trabalho, conta com três escolas, sendo duas do 1º ao 5º ano e uma do 1º ao 9º ano. Possui também quatro unidades de educação infantil. São cerca de 650 alunos/crianças envolvidas no dia a dia escolar.

A finalidade foi sensibilizar, entender, discutir, propor mudanças, construir coletivamente um Proposta Curricular municipal para as séries iniciais do Ensino Fundamental, com base em uma versão preliminar apresentada antecipadamente, promovendo um processo de construção coletiva, visando uma estratégia dinâmica, sobre currículo e seus desdobramentos, onde todos puderam refletir sobre suas práticas, relacionando a teoria com as práticas cotidianas. Para tanto, foram organizados grupos de estudos com os professores e gestores da rede municipal de ensino, representantes do Conselho Municipal de Educação, Câmara Municipal de Vereadores e os pais,

a fim de promover a análise, discussão, alteração e posterior aprovação da versão preliminar de uma Proposta Curricular para as séries iniciais do ensino fundamental de Braço do Trombudo – SC.

Estes encontros aconteceram em datas convenientes para que todos os envolvidos pudessem participar, sendo em um local conveniente, adequado e com materiais necessários dispostos para o que tinha que ser feito.

Nesses encontros, a missão mais importante foi a de registrar, minuciosamente, coletando, organizando e registrando as discussões, opiniões, sugestões e alterações dos grupos referente ao tema proposto. Neste caso foi importante a eleição de um redator por grupo de estudo, que ficou incumbido desta dinâmica de registro: fotográfico, escrito, gravado, visando enriquecer os dados a serem sistematizados.

Com a sistematização de tudo o que foi discutido nestes grupos, redigiu-se uma versão final da Proposta Curricular Municipal de Braço do Trombudo – SC, que foi novamente apresentada aos grupos para aprovação final.

Com uma proposta já previamente aprovada pelos interessados diretos a versão será reencaminhada ao Conselho Municipal de Educação para que o mesmo possa efetuar uma resolução de aprovação. Esta resolução deve ser posteriormente homologada através de Decreto Municipal para ter assim a validade legal.

Assim, como passo final nesta sequência, temos o despacho da versão final da resolução do conselho municipal de educação do município já devidamente homologada para a Câmara Municipal de Vereadores, como projeto de lei, solicitando sua aprovação e validação, para posterior sancionamento do Prefeito Municipal.

Com a Proposta Curricular Municipal para as séries iniciais do município de Braço do Trombudo- SC devidamente aprovada e sacramentada, resta sua divulgação, e a clareza de que não se trata de um documento de gaveta, e sim de um norte, um caminho a ser seguido, que tem a disponibilidade de adequação conforme seus contextos e realidades locais, devendo ser visto sempre como um objeto de estudo, de incentivo e de favorecimento em prol de uma educação de maior qualidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na história da humanidade, realizar mudanças tem sido uma característica regular. Muitas coisas sofreram alterações no decorrer dela: tecnologia, modos de produção, educação, meios de transporte, organização das cidades, fontes de energia, meios de comunicação, enfim... O diferencial é que as transformações ocorreram em uma velocidade muito grande, produzindo fluidez, flexibilidade, ou seja, mutações constantes e periódicas nas estruturas econômicas e sociais.

De uma coisa temos certeza, em cada ponto do planeta se está produzindo informação e conhecimento, que podem ser disponibilizados instantaneamente on-line. O mundo em que vivemos já é muito diferente do que a cinquenta anos, dos contextos previsíveis e duráveis e do conhecimento visto como um produto que se adquire e se conserva para toda vida. Nesse sentido, a educação podia estar assentada somente numa linha de transmissão de conhecimentos e memorização, em combinação com a aparente regularidade do mundo.

Esta alteração mundial e surreal, exige um cidadão que precisa muito mais do que nossos ancestrais para sobreviver e fazer a diferença. Portanto, participar efetivamente desta sociedade requer de todos uma crescente demanda por novos conhecimentos, competências e habilidades para que sejam capazes de lidar autonomamente com situações em diferentes contextos, desde as cotidianas até as do mundo do trabalho.

Todas essas mudanças se refletiram na educação. O que até antes não era necessário, agora tornaram-se emergentes. E com a importância da educação surge também a obrigação de que a mesma seja universal e inclusiva.

A importância da educação como transformadora e base de sustentação da sociedade torna-se efetiva, conforme consta no art. 1º da declaração Mundial sobre Educação para Todos, como “a base para a aprendizagem e o desenvolvimento humano permanentes, sobre a qual os países podem construir, sistematicamente, níveis e tipos mais adiantados de educação e capacitação” (BRASIL, 1990).

Do mesmo documento, a seguinte formulação expressa adequadamente o novo sentido atribuído aos processos formais mediante os quais as necessidades básicas de aprendizagem do ser humano devem ser supridas:

(...) cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas a satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. (BRASIL, 1990)

Tais cenários exigem transformação na maneira de pensar e organizar o processo educativo. Há necessidade de revisões na estrutura da escola, na reorganização dos tempos e dos espaços escolares e na maneira de planejar, desenvolver e avaliar o currículo.

Para tanto, tornam-se imprescindíveis profissionais com uma leitura do presente e uma perspectiva do futuro que possam formular e operar essas transformações com competência, conhecimento e engajamento. Assim, efetiva-se a necessidade de um educador com domínio de saberes específicos das diversas áreas do conhecimento, bem como daqueles relativos as metodologias e a compreensão dos processos implicados no planejamento, na organização curricular, na avaliação e na gestão da educação escolar.

Ao mesmo tempo e por ser o processo educativo um processo tão significativo e complexo, é condição para a emergência de um profissional com esse caráter a existência de um espaço permanente para a reflexão sobre suas práticas pedagógicas, sobre a realidade e suas possíveis compreensões, para o estudo das produções contemporâneas e das suas possibilidades de provocar mudanças junto aos conhecimentos já estabelecidos como alvo do processo ensino aprendizagem.

Nesse sentido, procuramos oportunizar através da Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Braço do Trombudo a consolidação de um caminho educativo que subsidie as ações docentes, orientando as práticas pedagógicas, ajustando as possibilidades e necessidades de aprendizagem e qualidade no ensino.

Muitos sistemas educacionais optam por contratar especialistas para produzir tais referências, pois a produção curricular é uma tarefa que exige uma ação altamente qualificada, sendo necessário acionar vários tipos de conhecimentos, demandando tempo e vontade. Essas empresas criam manuais e realizam treinamentos para que os professores sigam as prescrições. No entanto, esse tipo de procedimento leva em conta que o professor é um mero executor de receitas não refletidas e o seu trabalho como algo passível de ser automatizado.

A Secretaria Municipal de Educação de Braço do Trombudo, ciente da qualidade dos conhecimentos, da experiência em sala de aula e da capacidade de reflexão e produção dos professores municipais, optou por realizar a construção curricular através de um trabalho coletivo de seus educadores.

Nesse sentido, fica o desejo que este documento seja uma referência positiva para todos os docentes e que reafirme cada vez mais a convicção de que a educação pública em nosso município contribui, de modo efetivo, para a formação integral do ser humano e para a transformação das relações sociais e ambientais, apontando caminhos em direção a um mundo melhor para todos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL/ COORDENAÇÃO GERAL DO ENSINO FUNDAMENTAL/ ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS – ORIENTAÇÕES GERAIS. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/9anosgeral.pdf>

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília : 1996.

CONFERÊNCIA Mundial de Educação para Todos. Declaração Mundial de Educação para Todos. Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Brasília, DF: UNIFEC, 1990.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997.

Leis municipais, disponível em <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/4529/leis-de-braco-do-trombudo>.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

SHULMAN, L. Ensino, formação de professor e reforma escolar. In : CASTRO, C. de M.; CORNOY, M. (Orgs). Como anda a reforma da educação na América Latina? Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 133-139, 1997.

VIEIRA, Sofia Lerche. Educação e gestão: extraindo significados da base legal. In. CEARÁ. SEDUC. Novos Paradigmas de gestão escolar. Fortaleza: Edições SEDUC, 2005.